Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA ENERGIA

Serviço de Notícias - INFRAEnergia

Brasília, 12:07:54 ou (não se 12:07:5?)
edição 390

Bom dia, *|FNAME|*!
Nesta edição da INFRAEnergia: GSI | Eletrobras | Usina | Desenvolver | Transbordo | Cimento

PL DO RISCO HIDROLÓGICO SERÁ VOTADO SOMENTE DEPOIS DO RECESSO, DIZEM LÍDERES

Lucas Santos, da Agência INFRA

17/7, (grupo de trb) que subscreve o risco hidrológico - S 975/2019, no Senado - só será votado no plenário nas primeiras semanas de agosto, disseram líderes na Casa. O projeto tem o prazo de urgência apresado na última terça-feira (9) e está na pauta para ser votado hoje (11), mas segundo o líder do MDB na Casa, Eduardo Braga (MR), não houve acordo para a votação.

"Vai ficar para agosto", disse Braga à **Agência INFRA**. Sobre a inclusão do projeto na pauta de hoje, o senador comentou: "Pode até estar na pauta, mas não dou acordo". Segundo ele, não houve tempo para que fosse acertada a votação entre os líderes, já que estiver com problemas de saúde na última semana. Poder acordda que a aprovação não será difícil, uma vez que a emenda criada pela Câmara é simples.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), também disse que o projeto sorrente será votado "nas primeiras semanas de agosto". Ele concordou com Braga, dizendo que o problema foi a falta de acordo para a aprovação.

Marcos Rogério (DEM-RO), presidente da CI (Comissão de Infraestrutura) do Senado, hoje ofis mais cedo, no início da sessão deliberativa, que o projeto não será votado na tarde de quarta-feira (10) nem na sessão de hoje. O parlamentar disse ainda que não sabia quando poderia ser votado. "Não tel. Depois do recesso, mas não sei quando."

AMBIL foi ao Senado

A diretoria da AMBIL (Agência Nacional de Energia Elétrica) foi ao Congresso Nacional para conversar com os senadores sobre a aprovação do PL. O diretor-geral, André Pepitone, e os diretores Efrain Cruz e Rodrigo Limp compareceram. Enquanto os dois primeiros conversaram com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da CI, Marcos Rogério (DEM-RO), Limp foi ao plenário tratar com os demais parlamentares.

"Buscamos sensibilizar o presidente do Senado e o presidente da CI sobre a importância para o setor elétrico nacional da aprovação, o quanto antes, do projeto de lei 3.975, que saluciona a questão do risco hidrológico", disse André Pepitone à **Agência INFRA.**

O diretor Rodrigo Limp afirmou que a participação da agência é importante para mostrar o empenho para acabar com a judicialização no setor e resolver a liquidação no mercado de curto prazo, além do alinhamento com a posição de parlamentares pela aprovação do PL.

"Estive também no plenário conversando com o senador Fernando Bezerra. Líder do governo, no sentido de reforçar a posição da AMBIL em que é importante resolver a questão do GSF", comentou Limp.

Urgência

O projeto deverá passar pela CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), mas o senador Eduardo Braga entrou com requerimento de urgência levando a matéria diretamente ao plenário. A tramitação dos senadores era de que fosse deliberada na sessão de quarta-feira, o que não ocorreu. O projeto esteve na pauta de hoje, mas foi retirado.

ver notícia completa

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA ADIA NOVAMENTE VOTAÇÃO SOBRE O FIM DAS BANDEIRAS TARIFÁRIAS

Lucas Santos, da Agência INFRA

A votação do PDC (Projeto de Decreto Legislativo) 907, que pede o fim das bandeiras tarifárias e da conta bandeiras nas tarifas de energia, foi adiada pela segunda semana consecutiva na CME (Comissão de Minas e Energia) da Câmara. O parecer do relator, Carlos Fernando (PSL-SC), é pela rejeição do projeto. Assim como na semana passada, a deputada não estava presente na sessão deliberativa de quarta-feira (10).

A ideia é que a empresa, na parecer, que a cobrança das bandeiras tarifárias (verde, amarela e vermelha) nas contas de energia elétrica, que variam para cima e para baixo de acordo com a sazonalidade da oferta e da demanda de energia elétrica, não seja mais cobrada quando pagos pelas concessionárias com a compra de energia elétrica de geradoras. Também deduza que os repasses da conta bandeiras ajuda na redução de rentagem financeiras que variam pagar pela consumidor na redução do seu segundo.

Segundo o relator, deputado Eduardo de Paula (PP-PA), afirma que as bandeiras causam um repasse tarifário anual, uma vez que há a atualização das bandeiras e do custo a ser cobrado neste período. O parlamentar também diz que, ainda a implantação, "há a ineficiência do que a sistema, diferentemente do que ocorrido a AMBIL, chama apenas houvesse as empresas pela antecipação das tarifas que tenham recebidas no resgate".

ver notícia completa

TCU COBRA EXPLICAÇÕES DE ELETROBRÁS E ANEEL SOBRE GASTOS COM ITAIPU

Talita Oliveira, da Agência INFRA

Venda quarta-feira (10), o TCU (Tribunal de Contas da União) determinou que a Eletrobras e a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) apresentem informações sobre o custo da energia fornecida por Itaipu. O motivo da determinação se dá pela diferença de quase R$ 8 bilhões entre cálculos apresentados pela companhia e realizados pelo tribunal. Agora, a corte cobra todas as planilhas descriminando as regras e cálculos dos custos de encargos, repasses e amortizações da dívida de Itaipu praticadas nos anos de 2007 a 2017.

De acordo com a TCU, sorrente as dados do primeiro ano baterem, requerida tatos as outras forem discrepâncias. Quando questionada, a Eletrobras não soube explicar e chegou a pedir que o tribunal solicitasse as planilhas diretamente à Itaipu, mesmo sabendo que a usina, por ter um acordo bilateral, está blindada pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

O ministro-relator, Bruno Dantas, também analisou o perfil de 2007 porque este foi o ano em que houve uma mudança na base de cálculo. Em nova escrita entre Brasil e Paraguai estipulou que alguns repasses, como o índice de inflação americano, tenham avaliado pelo tesouro brasileiro, que, no mesmo ano, repassou os custos do tarifa elétrica aos brasileiros.

Novo plano Bolsonaro

Dados problema apontado pelo tribunal foi que a ANEEL criatiza sorrente auditorias pontuais na Eletrobras, demanda engaço para políticas corruptas tarifa na companhia como em Itaipu. "Por que não posso afirmar que Itaipu está fora da esperia corrupção que afligir a nossa sistema brasileiro? ANEEL não fiscaliza e ninguém audita as contas apresentadas por uma companhia que já é investigada por quantides de corrupção, segundo o ministro Walton Alencar Rodrigues, relator do processo. Temos que ter acesso a bases ou contratos de financiamento", afirmou.

Por esse motivo, o tribunal determinou também que a ANEEL deve estringir, em um prazo de 60 dias, um novo plano de fiscalização que aumente a esperiza e a periodicidade de fiscalização da Eletrobras e em Itaipu.

Repasses de prejuízo

O TCU determinou ainda que os cortes de 2015 e 2016 ampliquem as novas repasses das taxas de energia para as estados. Isso porque a Eletrobras informou a ANEEL que nesses anos, por erros de cálculo, a companhia teve prejuízo e deveria ser, portanto, ressarcida. Os prejuízo, segundo eles, somam quase R$ 400 milhões.

ver notícia completa

-

DIÁRIO OFICIAL

RCS - Resolução Normativa 792 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprova, do Regulamento de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao SCS (Sistema de Compensação e Liquidação).
Proposta - Consulta Pública 009/2019 da ANEEL visa aprovamento da minuta da Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda (atual ME), que fixa as diretrizes que fomentam a Tarifa de Energia Elétrica Sistema de Distribuição e de Transmissão.
Consulta - Consulta Pública 010/2019 da ANEEL visa aprovamento da minuta da Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda (atual ME), que fixa as diretrizes que fomentam a Tarifa de Energia Elétrica Sistema de Distribuição e de Transmissão.
Contribuição - Despacho 1.908 da diretoria da ANEEL autorizou a empresa Omega Desenvolvimento de Energia a abater conta Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
Anuência - **Mariana de Araújo Jorge Berbe Miranda** foi nomeada assessora do chefe da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério de Minas e Energia.

ver notícia completa

-

FIQUE DE OLHO

Agenda do Ministro - O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, viajou na tarde (11) com o presidente da República, Jair Bolsonaro, de 16:02, no Palácio do Planalto. Às 12h, receber a deputada federal Antônia Carlos Nicoletti (PSL-RR). Às 18h19, participa da abertura do evento Diálogos com o Setor Mineral.

Agenda ANEEL - O diretor-geral da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), André Pepitone, participa hoje (11), às 11h, de reunião com a Comissão de Assuntos Regulatórios do DNB (Ordem dos Advogados do Brasil) do Distrito Federal. Às 15h, receber os com representantes do DN Club para abrilar eventuais revoltas e planos estratégicos da ANEEL com o grupo.

Eficiência energética - A 28 (Agência Internacional de Energia) estabeleceu uma comissão global independente de alto nível para examinar como o progresso na eficiência energética pode ser rapidamente acelerado por meio de novas e mais ações políticas. São 19 membros que incluem alguns e no ministros de Energia e Meio Ambiente de Dinamarca, Alemanha, Índia, Japão, Luxemburgo, Marrocos, Nova Zelândia e Espanha, altos executivos e líderes de pensamento do lado e mundo. O foco do novo painel de eficiência energética estará nas principais ações políticas que podem ser tomadas pelos países ao redor do planeta. O grupo produzirá uma lista de recomendações claras e acionáveis ja no próximo ano.

Quedas nos investimentos em energia limpa - O primeiro semestre de 2019 viu uma desaceleração nos investimentos em energia renovável. O valor caiu 12%, para US$ 117,6 bilhões globalmente. O valor realizado dessa queda veio da China, 39% menor do que o verificado no mesmo período de 2018. Aquele pais aplicou US$ 28,8 bilhões, e menor montante para um semestre desde 2013. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (10) pela BloombergNEF.

IPCA - A variação negativa de 1,1% em energia dentro do grupo Habitação, que desacelerou de 5,98% em maio para 0,37% em junho, contribuiu para que o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) veiste mês chegasse em 0,01%, fluindo 0,22 ponto percentual abaixo da taxa de maio, de 0,23%. Energia exercou pressão negativa de 0,6% no índice. A variação acumulada no ano foi de 2,23%, e a dos últimos doze meses ressau para 3,37%, abaixo dos 4,66% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em junho do ano passado, o IPCA fioou em 1,26%.

Capacete com sensor elétrico - Licenciado para produção no Brasil desde 2016, o capacete com sensor elétrico da Capwi é agora um produto patenteado internacionalmente pelo Escritório de Marcas e Patentes dos Estados Unidos (United States Patent and Trademark Office). Com a concessão, a companhia pode produzir, utilizar, oferecer para venda e comercializar o produto em seis americanas por meio de centrais de licenciamento. O grande trunfo do equipamento é ele ser capaz de monitorar o campo elétrico em qualquer direção, aumentando a segurança dos eletricistas.

Venda de energia convencional - Furnas realizará no próximo dia 31 de julho um leilão para venda de energia convencional, com parte de entrega para o submercado Sudeste/Centro-Oeste, sem flexibilidade e sem modulação fixa. O período de suprimento vai de 1º de janeiro de 2022 até 28 de fevereiro de 2035. Os interessados leilão até o próximo dia 25 de julho para vender os documentos de habilitação. Mais informações sobre o leilão estão disponíveis neste link.

EDP Renováveis - A EDP Renováveis terminou o primeiro semestre deste ano produzindo 10,2 TWh de energia renovável, crescendo 5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. A empresa divulgou nesta quarta-feira (10) seus resultados operacionais globais. No Brasil seu produzo 997 GWh, tendo um aumento de 66% em relação ao primeiro semestre do ano passado. O Brasil teve a maior aumento, já que na Europa a produção subiu 0% e nos América do Norte, subiu 2%.

Isa Cteep - A Isa Cteep anunciou uma previsão de terminar e seu com investimento de mais de R$ 600 milhões para dar continuidade ao plano de modernização e melhorias de suas subestações e linhas de transmissão localizadas na capital paulista, interior de São Paulo e dois estados brasileiros. Os projetos contribuída para o aumento da confiabilidade e segurança do sistema de transmissão nacional, além de agregar ainda mais tecnologia à operação. Iniciado no ano passado, alguns deses empreendimentos já foram finalizados, como as subestações Leste, Sul, Norte e Milton Fornasaro, situadas na capital.

Prazos CCEE - Hoje (11) é a data-limite para divulgação dos resultados da Cessão de Energia de Reserva para usinas do tipo biomassa e do tipo eólica referentes a mais. Também é a data-limite para créditos da liquidação financeira do MCP (Mercado de Curto Prazo) de mais. Outras informações estão disponíveis neste link.

ver notícia completa

-

CLIPPING

Com 21% votos, Cláudia agora Prefeitura
Reconstitutos acima do esperado por Datar qualitativa. (Valor; Folha de S.Paulo; O Estado de S. Paulo; O Globo)

TCE-sl apoiará sabrosa tutoria na escola de Nova
O tribunal chamou a atenção para a necessidade de governo estar preparado para a dura negociação prevista com o Paraguai no processo de revisão do tratado internacional de construção da hidrelétrica na fronteira entre os dois países. (Valor)

Pessoas lista para novos projetos de energia renovável
Expansão ainda não é equilibrada, pois não contribui a geração "despachável", como termelétricas. (Valor)

Autorizo de obras acaba dispensa de concessões
Segundo fluxo estimado publicado no comércio da CTEE, a média anual de renegociações ou primeiro semestre foi de 320, contra 88 em 2018. (Valor)

Investimento via PI-FIPS é atrativo, diz Nova Sede
Cerca de 60% da carteira do PI-FIPS é de investimentos que saiu bem a ser com projetos de infraestrutura. (Valor)

Alta demanda leva aviso de risco a 5,1 GW de obras
Para o operador nacional do SEP, o aviso de risco de falta de luz pode ser sair em R$ 18,08 em seu fatiou no leilão subsequente. (O Estado de S. Paulo - Coluna do Broadcast)

Brasil tem quase 125 mil consumidores que produzem sua própria energia
Para obtenção, a maior dessa consumidores, a Petrópolis cobre com mais de 1 gigawatt (GW) de potência instalada em 87 mil unidades geradoras. (O Estado de S. Paulo - Coluna do Broadcast)

1987 ano foi o Petrobras vs Sinfal
Ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira coordenava as gerenciais, após estatal fazer acordo com Cade para venda de óleo. (O Estado de S. Paulo; O Globo)

ver notícia completa

ENERGIA

A **Agência INFRA** está no compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes de setor de infraestrutura, no país, além dos bastidores para o mapa, encaminhe flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Saia não esteja recebendo **ver como assinar**.
O **Serviço de Notícias INFRAEnergia e Mobilidade e assinantes** [illegible] notícias de caráter jornalístico e publicação não-comercial, sem fins lucrativos, de propriedade da **Agência INFRA**, [illegible] exclusivamente para o uso de assinantes do serviço. Qualquer outra forma de uso, [illegible] e distribuição, [illegible] e publicação não-autorizada, [illegible] ao disposto na Lei nº 9.610/98 e suas alterações.
Equipe [illegible] **www.agenciainfra.com**
Assinatura [illegible] **www.agenciainfra.com/assinatura**
Imagens:
Arnaldo
Arnaldo
Equipe Agência INFRA
editor-chefe: [illegible]
editor-executivo: [illegible]
Redação: [illegible]
Negócios: [illegible] **Redação** [illegible] **Eduardo** [illegible]
Comercial: [illegible]
Regulação: [illegible]
www.agenciainfra.com
www.agenciainfra.com
Copyright © 2017 Agência INFRA. Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.